



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E HISTÓRIA: Uma Análise Crítica

ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY AND HISTORY: A Critical Analysis

Talita Ravagnã Piga⁽¹⁾

Faculdade de Ciências Educacionais e Sistemas Integrados – FACESI, Ibitiporã/PR

Sônia Regina Vargas Mansano⁽²⁾

Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR

RESUMO

É notável que a preocupação com o meio ambiente tornou-se cada vez mais ampla e globalizada, sendo debatida em diversas conferências internacionais e realizadas de maneira sistemática desde o final da década de 1960, quando os problemas ambientais já se tornavam críticos. Este artigo busca levantar aspectos históricos sobre a preocupação com a sustentabilidade, mostrando como a questão ambiental vem ganhando relevância nos âmbitos social e político. A metodologia adotada para realizar essa retomada histórica foi uma revisão da literatura e de documentos de domínio público, por meio dos quais foi possível apresentar e discutir a criação dos parques de proteção ambiental, as principais conferências internacionais sobre sustentabilidade, os documentos e relatórios que delas emergiram, assim como os atores que compõem esses debates. Tais iniciativas são consideradas como relevantes para o enfrentamento da crise econômica, social e de recursos naturais que hoje inegavelmente é mundial. Afinal, como tais conferências e seus desdobramentos vêm contribuindo para o debate da questão ambiental e que tipo de transformação eles têm conseguido efetuar? Se por um lado a noção de sustentabilidade está disseminada nos mais diversos grupos de interesses, por outro, questiona-se a realização sucessiva das conferências internacionais ao longo de quase 50 anos, com avanços por vezes mínimos e difusos.

Palavras-chave: Sustentabilidade; História; Política; Crítica.

ABSTRACT

It is remarkable that the concern for the environment has become increasingly globalized and wider, being debated in many international conferences held in a systematic way since the late 1960s, when the environmental problems already became critical. This article seeks to raise historical aspects of the sustainability, showing how environmental concern is gaining importance in the social and political realms. The approach adopted for this historic recovery was present and discuss the creation of parks of environmental protection, principal international conferences of sustainability, the documents and reports that emerge from them, as well the actors that make up these debates. Such initiatives are considered as important to face the economic, social and natural resources crisis that is undeniably globalized today. After all, how such conferences and its developments have contributed to the discussion of environmental issues and what kind of transformation they have been able to make? If on one hand the notion of sustainability is disseminated in many different interest groups, on the other, it's questionable the successive realization of these international conferences over nearly 50 years, with minimal and diffuse advances sometimes.

Key Words: Sustainability; History; Politics; Critical.

INTRODUÇÃO

A noção de sustentabilidade emerge em um campo multidisciplinar marcado pela preocupação com o meio ambiente e os destinos do planeta (LENZI, 2006). Trata-se de uma temática polêmica que vem sendo discutida em diversas esferas da sociedade, no meio acadêmico e, mais recentemente, em situações informais e cotidianas tendo como protagonista o cidadão comum que, atento aos problemas ecológicos, compartilha da preocupação com a devastação da natureza.

Tomando esse cenário em análise, o presente artigo tem por objetivo percorrer a construção histórica da preocupação com a sustentabilidade do planeta, tendo como fio condutor as conferências internacionais, que serão descritas no decorrer deste artigo, e seus desdobramentos. Estas são consideradas relevantes iniciativas para o enfrentamento da crise de recursos naturais e ocorrem de maneira sistematizada desde o final da década de 1960, quando os problemas ambientais passaram a ser considerados em sua dimensão destrutiva. Assim, questionamos: Como tais conferências vêm contribuindo para o debate da questão ambiental e que tipo de transformação elas têm conseguido efetuar? Para Beck:

Problemas ambientais somente podem ser solucionados de forma objetiva e razoável em negociações transfronteiriças e acordos internacionais, e o caminho até aí passa consequentemente por conferências e arranjos que atravessem inclusive as fronteiras das alianças militares (BECK, 2010, p. 58).

Tecer os múltiplos desdobramentos históricos da preocupação com o meio ambiente não é uma tarefa fácil. A linha entre

a confiabilidade depositada na chamada história oficial (devidamente registrada em documentos) e a incorporação de dados e informações considerados informais é muito tênue. No que diz respeito à noção de sustentabilidade, essa construção histórica é ainda mais complexa, pois, além de relativamente recente, ela não tem uma origem facilmente rastreável, visto que as iniciativas e práticas que a caracterizam estão espalhadas por locais e tempos diversos, sendo amplamente marcadas por iniciativas de pouca visibilidade. Assim, ao tomar como tarefa percorrer essa história, o que se pretende é acompanhar a emergência de várias preocupações e práticas ligadas ao cuidado com o meio ambiente em diversas partes do mundo, evidenciando a disparidade de sua emergência (FOUCAULT, 1996). Atentas a isso, organizamos o artigo em três momentos: a criação dos parques de proteção ambiental, a descrição das principais conferências internacionais sobre sustentabilidade e os relatórios delas resultantes. Desde já é possível assinalar que, longe de centralizar o debate em uma área de conhecimento específica, a história tem demonstrado o quanto o debate torna-se mais rico e multifacetado quando agrega perspectivas diferentes de análise. Isso coloca em cena a disparidade própria do exercício político que se manifesta também na esfera ambiental.

DELIMITANDO UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: QUESTÕES METODOLÓGICAS

O campo de análise definido para realizar esta pesquisa histórica abrangeu a preocupação ambiental que ganhou evidência internacional nos âmbitos social e político, especialmente durante a segunda

metade do século XX. Consideramos que essa retomada histórica é relevante para as diferentes áreas de conhecimento que se empenham em analisar o tema da sustentabilidade como um campo interdisciplinar, contemporâneo e em constante mudança. Dessa forma, entende-se que a área de Administração, estando cada vez mais conectada às questões do meio ambiente e da sustentabilidade, pode encontrar, neste resgate histórico, uma relevante ferramenta para melhor compreender e atuar na gestão ambiental, que se tornou tão presente nas organizações, sobretudo em empresas de grande porte e multinacionais, devido aos seus impactos sobre o meio ambiente.

Sobre as articulações entre as pesquisas da área de Administração e da História, Ichikawa e Santos fazem a seguinte consideração:

Talvez por ser entendida, equivocadamente, como *estudos sobre fatos passados*, já acontecidos e analisados muitas vezes dentro de uma cronologia insípida, a História, de forma geral, sempre foi relegada pelos estudiosos das organizações (ICHIKAWA; SANTOS, 2010, p. 181).

Os mesmos autores salientam ainda que, por ser “uma disciplina um tanto quanto pragmática e voltada principalmente para o presente e para o futuro, possivelmente ela nunca tenha se interessado em compreender e analisar historicamente o contexto” (IDEM).

É precisamente a análise do contexto social e político que possibilitou a emergência histórica da preocupação ambiental que será realizada nesta investigação. Trata-se de uma revisão de literatura que abarca o período entre a criação do Clube de Roma (1968) e a Conferência Rio + 20 (2012). Para tanto, recorreu-se a estudos da área da

Administração, mas também da Sociologia e da História que deram suporte para descrição das conferências e de seus desdobramentos políticos. Além disso, foram utilizados documentos de domínio público que relatam os principais resultados e avaliações relativos aos eventos.

A dimensão crítica do presente estudo ancora-se na desnaturalização da preocupação ecológica como algo já posto e saturado, buscando, em seu lugar, dar visibilidade às suas múltiplas configurações, embates e agentes que, de diferentes maneiras, colocam em pauta, em esfera global, a problemática ecológica. Autores que se dedicam a realizar análises críticas na área de Administração, como é o caso de Misoczky e Böhm (2012) e Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), evidenciam que qualquer problematização nesse campo não é tarefa simples. Quando a análise crítica aborda especificamente a interface entre organizações, sociedade e sustentabilidade, Faria assinala que

... uma sociedade sustentável não é exatamente apenas aquela que procura preservar, nos limites determinados pelas necessidades da produção e da reprodução do capital, as condições da natureza e do ambiente. É preciso igualmente valorizar as condições de vida daqueles que trabalham (FARIA, 2014, p. 13).

Por isso mesmo, uma análise dessa natureza exige do pesquisador um aprofundamento sobre a situação investigada e a apreciação das suas múltiplas conjunturas, assim como tem feito Foladori (2001) e Beck (2010), autores que, por meio dos estudos em sociologia ambiental, têm sido referências recorrentes para a investigação crítica.

É nesse sentido que acompanhamos a perspectiva de Michel Foucault que salienta a

relevância de estabelecer “um contato profundo com o que a época está balbuciando” (FOUCAULT, 2014, p. 14). Consideramos que as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável encontram-se em pleno processo de elaboração, ainda balbuciando e tateando os problemas emergentes em nosso tempo histórico, assinalando que ainda há um longo caminho a ser trilhado. Tal fato abre ampla margem para estudos, avaliações, críticas e debates.

Como será descrito no decorrer deste estudo, a segunda metade do século XX começou a dar os primeiros passos globais na direção de uma preocupação ecológica compartilhada, configurando-se como rica fonte de investigação. Assim, a dimensão crítica deste artigo evidencia-se por percorrer este período, dando visibilidade aos avanços e limites, mas também às múltiplas práticas, agentes, efeitos sociais e desdobramentos políticos que expressam a complexa relação entre o homem e o meio ambiente.

A CRIAÇÃO DOS PARQUES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

O ponto de partida deste resgate histórico é o século XIX, momento em que surgiram as primeiras iniciativas para criação de áreas legalmente protegidas para resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais. Segundo Foladori (2001), já ao final do século XIX, foram criadas sociedades protetoras da natureza, como a *Audubon Society* e o *Sierra Club*, nos Estados Unidos, tidas como as primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) de proteção ambiental com efetiva representatividade de suas ações.

Essa preocupação ganhou corpo com a criação de parques nacionais e reservas de fauna e flora nos principais países de organização capitalistas. O marco histórico desse tipo de iniciativa foi o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, de acordo com Schenini et al. (2004), nos Estados Unidos. Segundo Godoy (2000), esse parque corresponde não só a um marco da preservação de áreas silvestres de grande escala e do interesse público, mas principalmente, estabelece os fundamentos do chamado modelo de Unidades de Conservação: a proteção de amplos espaços de grandes belezas naturais, capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos com pouca interferência humana. No entanto, considera a autora, que antes mesmo da consolidação do Parque de Yellowstone, tido como o primeiro parque oficial, já havia sido construído o Parque Estadual de Yosemite, em 1864. Este foi criado no auge da renascença americana, que corresponde ao período do romantismo nos movimentos da literatura, das artes e da arquitetura, buscando proteger e enaltecer a beleza natural.

No Brasil, o surgimento de uma preocupação conservacionista por meio da idealização de parques nacionais está relacionado à figura de André Rebouças (1833-1898). Engenheiro civil, botânico, geólogo e abolicionista, ele foi inspirado pela criação do Parque Nacional de Yellowstone e defendeu a necessidade de criar parques nacionais em nosso país. O ideal de Rebouças foi realizado quase quarenta anos mais tarde por meio da criação, junto com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro), dos parques nacionais das Sete Quedas (incluindo as Cataratas de Guaíra) e do Iguaçu, em 1939, no Estado do Paraná. Em

decorrência dessas primeiras criações, muitos outros parques foram construídos ao longo século XX. É relevante destacar que todas as iniciativas de criação de parques nacionais no Brasil aconteceram no decorrer daquele século, época em que a ação do poder estatal foi mais intensificada (RYLANDS; BRANDON, 2005).

No entanto, paralelo a essas preocupações que estavam cada vez mais evidentes, o capitalismo já podia ser considerado como uma forma socioeconômica de produção que ameaçava a preservação ambiental. Nas palavras de Foladori:

ao mesmo tempo em que se adquiria uma consciência cada vez mais clara dos possíveis efeitos destruidores da atividade humana sobre seu meio ambiente, a forma capitalista de produção levava à utilização, por exemplo, na agricultura, de químicos tóxicos em ampla escala, com a consequente poluição e morte de seres vivos e ecossistemas (FOLADORI, 2001, p. 115).

A criação dos parques de proteção ambiental atesta os primeiros passos trilhados em relação a uma preocupação internacional que, aos poucos, foi se espalhando pelas nações e evidenciando a urgência de promover debates ambientais. Estes ganharam mais consistência na segunda metade do século XX, com as conferências internacionais, como veremos a seguir.

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE SUSTENTABILIDADE

Nos primeiros anos da década de 60 do século XX, os problemas ambientais começaram a ganhar notoriedade em vários lugares do mundo, sendo que algumas publicações e eventos internacionais

marcaram outra vertente da preocupação ambiental contemporânea. É o caso do livro “Primavera Silenciosa” da bióloga Rachel Carson (1962), tido como um marco na denúncia sobre os problemas ambientais causados pelo homem. Nas décadas de 60 e 70, muitos livros se converteram em mediadores para o debate ambiental. Para Foladori (2001), junto com a obra de Carson (1962), destacaram-se também as obras *The closing cycle* (O ciclo de fechamento), de Barry Commoner (1971) e o *Population resources environment* (Recursos ambientais da população), de Erlich e Erlich (1972).

Se, à época da criação de inúmeros parques de preservação e movimentos ecológicos primários, a natureza era vista sob um aspecto mais contemplativo e envolta em um teor estético ligado à relação do homem com uma existência divina, com o passar do tempo, uma nova configuração foi se desenhando na história da sustentabilidade ambiental. Com a publicação literária e acadêmica advinda de artistas e estudiosos, que evidenciavam problemas ambientais sob diversos aspectos, a problemática ambiental começou a ganhar corpo teórico dentro da academia. Após o lançamento do livro de Carson (1962), iniciou-se um ciclo de eventos com o objetivo de discutir a problemática ambiental internacionalmente. A proximidade das datas entre essas publicações e a primeira conferência internacional sobre sustentabilidade, aponta para a assimilação, por parte da comunidade acadêmica e científica, da preocupação ambiental denunciada por essas obras.

Ganha consistência, assim, a relevância de descrever as conferências e debates sobre o meio ambiente ocorridos na segunda metade do século XX. Abordaremos, em seguida, cinco delas: a reunião do Clube de Roma, a conferência de Estocolmo, a Rio 92, a

Rio +10 e a Rio +20. Cada uma, como será visto, apresenta peculiaridades de avanços e limitações em relação à temática do meio ambiente. Abaixo, pode ser visualizado um

quadro histórico das conferências internacionais sobre o meio ambiente, as quais serão descritas e analisadas na sequência.

Quadro 1 - Conferências Internacionais

<i>Denominação</i>	Clube de Roma	Conferência de Estocolmo	Rio 92	Rio + 10	Rio + 20
<i>País</i>	Itália	Suécia	Brasil	África do Sul	Brasil
<i>Ano</i>	1968	1972	1992	2002	2012

Fonte: Elaborado pelas autoras

- CLUBE DE ROMA

Segundo Mota (2001a), em abril de 1968, um grupo de trinta pesquisadores de diversos países e de várias áreas de conhecimento como Demografia, Economia, Sociologia, Engenharia e Geografia, reuniu-se na Academia dei Lincei, em Roma (reconhecida como uma das mais antigas academias italianas), para analisar a situação ambiental presente e futura da humanidade. A iniciativa partiu do empresário industrial e também economista italiano Aurélio Peccei. Essa reunião, segundo Watts (1972), deu origem a um grupo informal de pesquisadores chamado Clube de Roma, que tinha como finalidades

promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes - econômicos, políticos, naturais e sociais - que formam o sistema global em que vivemos; chamar a atenção dos que são responsáveis por decisões de alto alcance, e do público do mundo inteiro, para aquele novo modo de entender, e assim, promover novas iniciativas e planos de ação (WATTS, 1972, p. 10).

Ainda segundo Watts, a formação do Clube de Roma foi bastante diversa tanto no que tange às áreas de conhecimento dos seus integrantes quanto à nacionalidade dos mesmos. Aurélio Peccei foi um dos

participantes que atuou como uma força impulsionadora dentro do grupo e era associado às empresas Fiat e Olivetti. O grupo ainda contou com outros líderes, como Hugo Thiemann, chefe do Battelle Institute em Genebra, Alexander King, diretor científico da Organization for Economic Cooperation and Development, Saburo Okita, chefe do Japan Economic Research Center em Tóquio, Eduard Pestel, da Technical University of Hannover na Alemanha e Carrol Wilson, do Massachusetts Institute of Technology (MIT). É possível notar que a preocupação ambiental, nesse momento, parte de profissionais renomados, que dispunham de condições tecnológicas, conhecimentos e poder econômico para elaborar um relatório que tentasse mensurar os limites ecológicos frente ao modo como a sociedade vinha se organizando. Os aspectos econômicos, políticos, naturais e sociais foram identificados como componentes que interagiam de maneira muito complexa para serem tratados isoladamente. Assim, a interação e estudos realizados por esses empresários e cientistas resultou na publicação do relatório denominado "Limites para o Crescimento", em 1972.

Este relatório pode ser considerado o mais representativo de uma série de manifestações da preocupação com a

continuidade do crescimento econômico e populacional, em que a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental foram apontadas como fatores que limitavam em termos absolutos, esse crescimento. A iniciativa teve grande repercussão por dois motivos: primeiro, por utilizar o computador para avaliar o funcionamento de um sistema complexo e, segundo, pelo fato de o relatório ter sido desenvolvido por uma equipe multidisciplinar do respeitado MIT (liderada pelos cientistas e professores Donella e Dennis Meadows), pioneiro na sistematização da reflexão de um crescimento econômico ilimitado e seus efeitos para o meio ambiente.

Pode-se dizer que o Clube de Roma forneceu teor científico suficiente para apontar as contradições do capitalismo naquele momento e, surpreendentemente, foi elaborado por alguns dos profissionais que mais se beneficiavam desse sistema. O Relatório do Clube de Roma (ou Relatório Meadows devido à participação dos cientistas Meadows) encontrou dificuldades para mensurar precisamente os impactos ambientais futuros do avanço capitalista, mas alertou o mundo sobre a insustentabilidade do crescimento econômico acelerado. Uma das ideias centrais da publicação, segundo Mota (2001b), é a hipótese de um crescimento econômico “zero”, que funcionaria como uma medida rígida para buscar o equilíbrio global, em que a taxa de crescimento populacional deveria estabilizar-se, o consumo de recursos naturais e a poluição deveriam cair em um quarto, bem como haveria uma reorientação para a relevância da reciclagem e a mudança dos hábitos de vida da população mundial. Conforme destaca Foladori (2001), o relatório Meadows causou grande impacto, pois elaborou uma crítica a partir do interior do próprio sistema

capitalista, haja vista a composição do Clube de Roma: empresários e cientistas das mais diversas nacionalidades. Outro ponto a ser considerado é que

ampla disseminação desse debate na década de setenta e a forte pressão de movimentos ecológicos e ambientalistas tiraram este tema do meio acadêmico e levaram-no para a sociedade, transformando a questão ambiental numa questão principalmente política (MOTA, 2001b, p. 37).

A preocupação ambiental, assumida enquanto uma questão política e assimilada pelo Estado, decorrente da publicação “Os Limites do Crescimento” (1972), consolidou-se ainda mais com a conferência realizada em Estocolmo na Suécia.

- CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

Segundo Deléage (1993), a Conferência de Estocolmo, realizada entre 5 e 16 de junho de 1972, é considerada um marco do ambientalismo global. Ela representou a ascensão do movimento ambiental que já vinha se estruturando desde o final dos anos 60. Além disso, ela foi importante em função da legitimidade que concedeu aos assuntos ambientais, tendo a participação de representantes de 113 países e de 19 agências governamentais, universitários, representantes de agremiações e cientistas, que deixaram como legado o envolvimento das Nações Unidas com os programas ambientais dos países participantes.

Estocolmo ajudou a fortalecer os grupos ambientalistas e ampliar o seu papel político, como também a promover o desenvolvimento de políticas ambientais nacionais para posteriormente serem disseminadas e implementadas em níveis que atendessem à hierarquia governamental de cada nação: seja nas esferas nacional,

estadual e/ou municipal. Esta conferência colaborou para fortalecer também o reconhecimento da importância de agências ambientais nacionais dos países participantes. Para Mather e Chapman (1995, apud MOTA, 2001a), a principal força para a realização da conferência foi atribuída, assim como em Roma, às preocupações com o processo de industrialização e seus efeitos no desenvolvimento das nações.

Segundo Mota (2001a), a Conferência pretendia desenvolver ações contra o subdesenvolvimento por meio da transferência de recursos técnicos e financeiros para os países do denominado Terceiro Mundo. O secretário-geral da conferência à época era o canadense Maurice Strong, professor e empresário do ramo petrolífero, que recomendava uma nova estratégia: o “ecodesenvolvimento”, baseado na utilização de recursos humanos e naturais em escala local e regional.

Ainda segundo Mota (2001a), a Conferência de Estocolmo estabeleceu intenções e recomendações que serviram de orientação para a formulação e implementação de políticas públicas de cada país participante. Estavam implícitas na carta de princípios, nela elaborada, as preocupações com o desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos naturais antes mesmo da conceituação oficial de “Desenvolvimento Sustentável”, que ganhou contornos somente em 1987 com o Relatório *Nosso Futuro Comum*, que será abordado mais adiante.

No Brasil, até a década de 1970, não havia propriamente o que se chama hoje de política ambiental. O que tínhamos eram intervenções públicas de diferentes áreas, como saúde e habitação. Tratava-se de um conjunto de princípios, estratégias e

diretrizes de ação que visava proteger a integridade do meio físico e biológico de nosso país, bem como dos grupos sociais que dele dependiam. Segundo Acselrad (2001), uma política ambiental explícita de governo, no Brasil, iniciou-se em 1973 com a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). O surgimento dessa instituição foi contemporâneo de processos similares em que agências e mecanismos institucionais públicos foram criados em diversos outros países, notadamente industrializados, em paralelo aos debates da Conferência de Estocolmo.

Em 1989, houve uma integração dos órgãos da política ambiental que até então era executada isoladamente nas políticas de pesca (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE), florestal (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF), da borracha (SUDHEVEA) e na própria SEMA. Assim, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), novo órgão executor da política de meio ambiente, subordinado à nova Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Além disso, de acordo com Mattos e Mattos (2004), após a Conferência de Estocolmo foram criados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa Observação da Terra, *Earthwatch*, para monitorar as diversas formas de poluição. Alguns anos mais tarde, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMDA), que preparou um relatório sobre o meio ambiente em escala global. Essa Comissão, composta por 21 participantes, foi escolhida e presidida pessoalmente pela Primeira-Ministra da Noruega à época, Gro Harlem Brundtland.

- RIO-92 E OS OITO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro no período de 3 a 14 de junho de 1992, conhecida também como Rio-92 ou ECO-92, contou com a participação de representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de estado, 4.000 entidades da sociedade civil internacional, além da participação de aproximadamente 500 ONGs do mundo todo, podendo ser considerada a maior já realizada no âmbito da ONU (BARBIERI, 2008). Para Delâge (1993), ela representou um marco relevante para a causa da sustentabilidade ambiental, sinalizando, especificamente para países que detêm grandes reservas da biosfera, a necessidade de defesa de seus patrimônios naturais. Além disso, reafirmou a declaração de Estocolmo e avançou em questões pontuais sobre o meio ambiente.

Segundo Foladori (2001), a CNUMAD teve por objetivo elaborar estratégias e medidas com a finalidade de deter e reverter a degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável. Nesta conferência, foi elaborada uma série de declarações, entre as quais se destacam a convenção sobre mudança climática e uma recomendação para que se estabilizassem as emissões de dióxido de carbono. O principal resultado dessa conferência foi a aprovação de um plano de ação, a denominada "Agenda 21", composta de quatro seções e 40 capítulos, que define objetivos e metas a serem alcançados: "trata-se de um documento político com compromissos assumidos pelos Estados, traduzidos em ações concretas, sobre meio ambiente e

desenvolvimento" (IPRI, 1993, apud MOTA, 2001a). Cabe salientar que, para a sua implementação, foram necessários esforços das instituições públicas e da sociedade em busca de interesses comuns que resultassem em elevar a qualidade de vida e equacionar os problemas sociais, como a pobreza e o subdesenvolvimento, com menos degradação ambiental.

Para Barbieri (2009), um dos objetivos da Agenda 21 consistiu em tirar as recomendações e os planos acordados nesses documentos das prateleiras dos órgãos oficiais e da esfera exclusiva dos governos centrais, para que diferentes segmentos da sociedade (como empresas, comunidade científica e tecnológica, autoridades locais, sindicatos etc.) pudessem contribuir cada um a seu modo, para o alcance dos resultados esperados. Nesse sentido, a "Agenda 21 trata de problemas globais importantes que devem receber atenção de diferentes agentes para sua implementação. Assim, ela deve ser desdobrada em diversas agendas, como agendas nacionais, locais e organizacionais" (BARBIERI, 2009, p. 150).

Barbieri (2009) ainda faz menção a outros dois documentos elaborados durante a Rio-92 que são tidos como importantes fontes de princípios diretórios da conduta em relação ao meio ambiente: a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Carta da Terra. A primeira é constituída por 27 princípios voltados para orientar a formulação de políticas públicas e acordos internacionais que respeitam interesses ligados ao desenvolvimento global e à integridade do meio ambiente. Já a Carta da Terra é outra fonte de princípios diretivos para políticas empresariais, que surgiu para incluir questões que não foram tratadas na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 ou foram tratadas de modo insatisfatório. A

Declaração, pelo fato de ser um documento oficial, deixou de lado questões sobre as quais não se obteria consenso facilmente, como a condenação da corrupção, a busca pela igualdade de gênero, a proteção aos animais e a defesa da democracia; questões essas que foram, de alguma forma, contempladas na Carta da Terra.

Passados oito anos de um dos maiores encontros internacionais que projetou as preocupações ambientais com base nas noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros problemas da sociedade. De acordo com o site do PNUD, esta proposta acabou se concretizando por meio do denominado “Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, que deverão ser alcançados até 2015. São eles: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Com base na exposição feita até aqui, percebe-se que o evento Rio-92 foi reconhecido como um marco nesse debate devido aos vários documentos desenvolvidos durante e posteriormente à sua realização. Por outro lado, diversos fatores podem ser apontados como restritivos da implementação da Agenda 21, bem como dos outros documentos que desdobraram da Rio-92. Destacam-se, principalmente, as mudanças do contexto mundial nas dimensões política (desaparecimento de economias socialistas), econômica

(mobilidade de capitais, produtos e serviços) e tecnológica (substituição da mão de obra humana pelos novos meios de produção). Tais fatores acabaram por enfraquecer a relevância dos problemas ambientais. Entretanto, na percepção de Cordani, isso não significa que

tais problemas se tornaram menos importantes, mas que novos problemas de segurança, como o terrorismo e o desemprego, têm atraído significativamente a atenção dos dirigentes e da sociedade como um todo. São problemas de curto prazo que invadem as agendas, deixando para o futuro as iniciativas propostas na Agenda 21. No Brasil as indefinições quanto ao processo de reforma do Estado também têm reduzido a prioridade para as ações do desenvolvimento sustentável. Exemplo desse fato está na inoperância de muitas das instituições dedicadas às questões ambientais e dos seus órgãos de coordenação (CORDANI et al, 1997, p. 406).

Além das dificuldades apontadas pelo autor, no plano geral destacam-se as críticas feitas por ambientalistas radicais, que esperavam da conferência questionamentos mais profundos, capazes de galgar transformações decisivas nos padrões de consumo da sociedade e das formas como se produz matrizes energéticas. Estes, de acordo com Novaes,

esperavam que os países ricos demonstrassem concretamente sua decisão de reduzir o nível de consumo de suas populações. Esperavam caminhos para uma distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho no mundo. A renúncia a formatos políticos, econômicos e sociais que colocam a vida em risco no Planeta (NOVAES, 1992, p. 90).

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, algumas críticas lhes têm sido dirigidas, sobretudo pela fragmentação e falta de integração dos objetivos pelas nações, conforme aponta a matéria “Relatório critica falta de sinergia e fragmentação nos Objetivos do Milênio”, divulgada pelo portal da internet “Estadão”, datada de 13 de setembro de 2010 (ODMCRÍTICAS). Apesar dos impasses e críticas, a Rio-92 e os ODM forneceram subsídios para que, dez anos mais tarde, uma nova conferência ocorresse como tentativa de pôr em prática os acordos discutidos até então: a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio +10.

- RIO + 10

De acordo com Little (2003), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, nos meses de agosto e setembro de 2002, contou com a participação de mais de 100 mil pessoas (entre elas, delegados oficiais de 189 países, milhares de representantes de organizações da sociedade civil, ativistas ambientais e jornalistas). O evento teve como um dos seus objetivos principais a avaliação dos acordos e convênios elaborados na Rio-92, particularmente da Agenda 21 e, se fosse possível, o delineamento dos próximos passos para a implementação plena desses documentos. Para Diniz, a Rio+10 tinha o propósito de obter um plano de ação factível.

Se olharmos o documento THE JOHANNESBURG DECLARATION, obtido nessa conferência, tendo em vista os princípios expressos no passado, vemos que há poucas novidades. No entanto, foram detalhados alguns objetivos dentro dos princípios já conhecidos (DINIZ, 2002, p. 33).

Entre os desafios expressos no documento, menciona-se a continuidade de diversos problemas ambientais de caráter global. Segundo Diniz (2002), destaca-se pela primeira vez, neste evento, os problemas associados à globalização, pois os benefícios e os custos a ela associados estão distribuídos desigualmente. Aponta-se até mesmo o risco de a pobreza gerar a desconfiança nos sistemas democráticos, o que poderia provocar o surgimento de sistemas ditatoriais. Também se procurou priorizar o combate a diversas situações adversas, como, por exemplo, a fome crônica, desnutrição, ocupação estrangeira, conflitos armados, narcotráfico, crime organizado, corrupção, desastres naturais, tráfico ilícito de armas, tráfico de pessoas, terrorismo, xenofobia, doenças crônicas transmissíveis (AIDS, malária, tuberculose e outras), intolerância e incitação a ódios raciais, étnicos e religiosos. Para atingir tais objetivos de combate, o documento ressaltou a importância de instituições multilaterais e internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização Mundial da Saúde (OMS), atuarem de maneiras mais efetivas, democráticas e responsáveis, frente a tantos problemas econômicos e sociais que têm interface direta com o problema de escassez de recursos naturais e degradações diversas do meio ambiente. Nota-se, assim, que a questão social vai entrando de maneira cada vez mais significativa no debate das conferências.

Nesse sentido, segundo Diniz (2002), alguns compromissos foram firmados entre os signatários em Johannesburgo. Em primeiro lugar, considerou-se a água e o saneamento. Deve-se diminuir pela metade a proporção de pessoas sem acesso a saneamento e água potável até 2015. Em

segundo lugar, firmaram-se compromissos não quantitativos para que se aumente o acesso a serviços de energia modernos, à eficiência energética e ao uso de energia renovável. Também houve a preocupação de reduzir os subsídios à energia. Em terceiro lugar, espera-se que até 2020 os produtos químicos sejam utilizados e produzidos de forma a minimizar os prejuízos à saúde e que haja também cooperação para reduzir a poluição do ar (englobando os gases do efeito estufa). Até 2010, esperava-se que os países em desenvolvimento tivessem acesso a tecnologias alternativas desenvolvidas no sentido de diminuir a emissão de produtos que interferissem na camada de ozônio. Esperava-se também a redução da perda de biodiversidade até 2010, a reversão da tendência de degradação de recursos naturais, a restauração de pesqueiros até 2015 e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas até 2012. Ficou também estabelecido um compromisso para buscar maior acesso a mercados alternativos (por exemplo, por meio de blocos econômicos), em diminuir subsídios às exportações e em promover um conjunto de programas, no prazo de dez anos, para incentivar o consumo e a produção sustentáveis.

Com relação à participação do Brasil, houve forte representatividade do país em Johannesburgo e uma proposta amplamente debatida de se estabelecer a meta de 10% de aumento da energia renovável nas matrizes energéticas de todos os países do mundo até 2010. Paralelamente, a União Europeia tinha proposto 15% até 2010. Apesar do esforço brasileiro nas reuniões da conferência, a proposta foi rejeitada. Para Pereira Jr. (2002), essa rejeição era previsível, pois tinha a oposição dos países produtores de petróleo (com exceção da Venezuela), preocupados

em não perder mercado para outras fontes de energia, como a de biomassa, geotermal, eólica, solar e de marés. Essa oposição vigorava até mesmo dentro do G-7 (grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo), do qual o Brasil é membro. Como as resoluções elaboradas na Rio+10 foram tomadas por consenso, a posição contrária ao estabelecimento de metas funcionou como um veto à proposta brasileira. Além dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), declararam-se contra a iniciativa do Brasil o Japão, Austrália, Índia, China e Estados Unidos (EUA), sendo este último produtor e maior consumidor de combustíveis fósseis. Estavam explicitamente a favor da proposta os 33 países da América Latina e Caribe, os do Leste Europeu, os 15 da União Europeia e mais a Suíça e a Noruega, sem contar os países da África e os 40 insulares.

Para Pereira Jr. (2002), a iniciativa brasileira teve o mérito de trazer o assunto a debate. Ficou decidido que a ONU acompanharia periodicamente o progresso na aplicação das energias renováveis, o que contribuiu para tornar a análise do tema permanente. Assim, “mesmo rejeitada nos termos postos pelo Brasil, a proposta mostrou que o país estabeleceu um compromisso com as gerações futuras ao abordar o tema energia renovável” (PEREIRA Jr., 2002, p. 5).

Apesar das inúmeras questões debatidas nesta conferência e da formulação de várias metas ambiciosas e factíveis, a Rio +10 comumente é tratada por alguns autores como frustrante devido aos muitos impasses ocorridos, como a recorrente discussão do Protocolo de Quioto:

Não bastasse a dimensão dos desafios a que a humanidade está

submetida, a Rio+10 foi realizada em um cenário de instabilidade econômica e política e de vastos contenciosos comerciais globais. Apesar de contar com a presença de 189 países, e de cientificamente, haver uma clara delimitação dos problemas ambientais globais, a Conferência frustrou, em grande parte, as expectativas que a cercavam (PEREIRA Jr., 2002, p. 4).

Além disso, há no documento final da conferência muitas declarações vagas, sem o estabelecimento de meios para cobrar a implementação das medidas aprovadas. Diante de tal cenário, Little (2003, p. 13) atesta que “não é exagero se afirmarmos que os resultados em Johannesburgo foram mínimos e, em alguns casos, houve retrocessos”. Há de ser dito, no entanto, que, apesar das muitas críticas, a conferência realizada em Johannesburgo, sobretudo pela participação ativa do Brasil, atendeu de alguma forma às demandas anteriores com relação à cobrança de metas mais bem definidas, cuja efetividade ou funcionalidade são problemas de outra ordem. Com um novo fôlego para tentar implementar as propostas desenvolvidas desde o início desse ciclo de conferências internacionais, passados mais 10 anos, o Brasil foi palco novamente de um evento ambiental: a Rio +20.

- RIO + 20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), mais conhecida como Rio +20, ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro e contou com a participação de chefes de estados de 190 nações. O evento foi pautado em dois temas principais: uma economia verde no contexto da erradicação da pobreza e um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. O objetivo

principal da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Isso se deu por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelos principais agentes envolvidos no assunto: as nações participantes de tratados e acordos de redução de poluição e demais compromissos quanto à degradação ambiental, além do tratamento de temas novos e emergentes (BRASIL, 2012).

A economia dita verde, levada a debate formalmente pela primeira vez na Rio +20, primava pela valorização e incentivo de atividades com baixo teor de emissão de carbono, racionalização dos recursos, inclusão social, proteção e reforço da biodiversidade bem como dos serviços fornecidos pelos ecossistemas. Tal economia seria sustentada por três principais pilares: a baixa intensidade de emissão de carbono, a eficiência no uso dos recursos naturais e a preocupação de ser socialmente inclusiva. Nesse sentido, o relatório atual do PNUMA demonstra que a transição para uma economia verde seria possível se fossem investidos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) global por ano em dez setores estratégicos: construção civil, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, resíduos e reciclagem, água e saneamento básico, já que tais setores são tidos como os que mais consomem recursos naturais e mais poluem o meio ambiente com os resíduos gerados em suas atividades.

O documento indica, assim, que o desenvolvimento econômico deve ser atrelado à melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reduzindo ou mantendo sua “pegada ecológica”. Esta última refere-se à quantidade de terra e água necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e

energéticos gastos por uma determinada população. A pegada ecológica é atualmente um dos termos mais mencionados quando se trata da problemática ambiental e tem sido utilizada como um indicador de sustentabilidade ambiental (GALLO et al, 2012).

Com relação às políticas públicas colocadas em prática em um contexto de economia verde, fica evidente que elas deveriam ser diferentes em cada país, levando-se em consideração suas condições socioeconômicas e institucionais específicas, seus recursos naturais e os pontos de maior degradação ambiental. Teoricamente, todos os países teriam ganhos econômicos diretos ao fazer a transição para uma economia verde, por meio de maior produtividade, otimização de recursos, ampliação de empregos a partir da inovação e do surgimento de mercados e atividades “verdes”. Se alcançados esses objetivos, haveria uma redução em 33% das emissões de dióxido de carbono, limitando, assim, o aquecimento global. Além disso, outros benefícios diretos de uma economia verde resultariam em mais saúde e bem-estar da população em geral (GALLO et al, 2012).

Gallo et al (2012) afirmam ainda em relação a uma economia verde e sua implementação, que há várias posições críticas que apontam desde um “esverdeamento do capitalismo”, no sentido de que principalmente o setor industrial camufla ações para parecerem ecologicamente corretas, até posicionamentos que identificam a economia verde como o caminho para transformar o mundo em um lugar mais solidário. No entanto, apenas pequena parte dessas iniciativas destaca a importância de que se aprofunde o debate sobre o conteúdo e as estratégias deste novo

modelo econômico, uma vez que a dimensão puramente lucrativa tem se sobressaído em relação àquelas que levam em consideração os impactos sociais e ambientais. Para Furtado, o desenvolvimento sustentável envolve

um conceito ambíguo, inconsistente e pouco fundamentado, no que diz respeito ao seu significado e às suas implicações. Por outro lado, como conceito, incorpora valores, interesses e posicionamentos (neste caso, em torno da apropriação da questão ambiental). Assim, parte do conceito e práticas já existente – desenvolvimento sustentável – o expande, aprofundando suas proposições e consequências. Em um contexto de mudança climática, de implementação do mercado de carbono (...) com o propósito de sobrepujar a última (...) crise econômica, a natureza passa a ser concebida como uma mercadoria (FURTADO, 2012, p. 15).

Para a autora, isso já pode ser verificado em grandes multinacionais de alguns dos principais setores da economia que mais consomem recursos naturais em suas atividades, como as siderúrgicas. No discurso e na teoria, determinadas empresas apresentam toda uma gama de documentos e intenções que fazem jus à proposta de economia verde, mas na prática acabam por fazer valer os interesses econômicos de forma camuflada.

Misoczky e Böhm (2012) entendem o desenvolvimento sustentável à luz do que Löwy (2012) chama de “reformismo verde”, ou seja, um reformismo que aceita as regras do capitalismo, que busca soluções compatíveis com os interesses da rentabilidade, do lucro rápido, da competitividade no mercado e do

crescimento ilimitado. Com isso, o discurso da economia verde oculta o fato de que sempre que o capital busca possibilidades de expansão ilimitada, que mantém o sistema em funcionamento, ele exerce poderes de tipo econômico e social.

Os autores acima citados também criticam o relatório de onde surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, pois há inúmeras declarações vagas e falaciosas sobre o combate à pobreza e a geração de empregos. Ocorre ainda que parte dos últimos ecossistemas preservados está localizada em áreas ocupadas por populações indígenas e comunidades locais nos países do hemisfério Sul. Logo, existe a desconfiança de que a economia verde provoque mais acumulação por meio do “saqueamento” de recursos dessas áreas, afetando diretamente a vida dessas populações (MISOCZKY; BÖHM, 2012).

RELATÓRIO: NOSSO FUTURO COMUM

Um último ponto a ser abordado em nosso percurso histórico refere-se a um relatório específico e muito citado nos estudos sobre sustentabilidade. Segundo Foladori (2001), em 1986 foi criado o programa *Global Change*, constituído por parte do Conselho Internacional de Uniões Científicas, para estudar as inter-relações geosfera-biosfera. Decorrente desses programas de monitoramento de mudanças globais, um ano mais tarde, a CMDA, que pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica da Terra, produziu um relatório conhecido como “*Relatório Brundtland*” ou “*Our common future*”, Nosso Futuro Comum (1987). Assim, as últimas décadas do século XX foram decisivas para a consolidação do planejamento das políticas

ambientais para um “desenvolvimento sustentável”. Este relatório foi elaborado com base em acordos internacionais, devido a pressões internas e externas que a questão ambiental produziu a partir do pós-guerra até a Conferência de Estocolmo, em 1972 (ROESLER, 2007).

A Comissão (CMDA), segundo Mota (2001a), identificou alguns problemas que não foram abordados em reuniões anteriores que discutiram a problemática ambiental e que foram avaliados como entraves para o que viria a se conceituar como desenvolvimento sustentável: o crescimento demográfico, a deterioração dos solos provocada pela criação de gado e pela agricultura, o desflorestamento, a destruição de espécies e as alterações climáticas globais. Algumas intenções foram levantadas como subsídio para elaboração de novas metas. O relatório priorizou, segundo Mota (2001a), a diminuição do consumo dos recursos naturais, especialmente os energéticos, a redução da dívida externa dos países pobres e a reorientação dos recursos destinados aos orçamentos militares, objetivando modificar as relações econômicas internacionais e diminuir as desigualdades sociais.

Foladori (2001) evidencia no entanto, que enquanto a comissão realizava suas investigações, o capitalismo mundial mostrava-se cada vez mais distante da possibilidade de afirmar um desenvolvimento sustentável. Alguns dados foram objetos de análise do relatório: o aprofundamento da crise ambiental na África chegou ao seu clímax, a explosão em uma fábrica de pesticidas em Bopal, na Índia, que matou 2 mil pessoas e deixou mais 200 mil feridas, o maior desastre nuclear, em Chernobyl, na Ucrânia e a morte de cerca de 60 milhões de pessoas, sendo a maioria crianças, de enfermidades diarreicas

relacionadas à contaminação da água e desnutrição em todo o mundo.

Apesar dos acontecimentos que se passaram em meio à investigação da CMDA, a questão da sustentabilidade, analisada a partir de diversas óticas, tornou-se um conceito mais claro e de fácil entendimento. Ela incorporou o desafio de conciliar as esferas econômica, social e ambiental, ainda que minimamente, para garantir algum futuro diferenciado, que, na visão dos defensores do conceito de desenvolvimento sustentável de Brundtland, pode ser alcançado com uma interação complexa entre essas esferas. Assim,

se não mantivermos um padrão mínimo de qualidade da atmosfera, dos solos, dos recursos hídricos, a possibilidade de satisfazer necessidades humanas básicas poderá ficar comprometida. Então, garantir esses recursos ambientais não se coloca como uma questão puramente econômica, mas de justiça social (LENZI, 2006, p. 106).

Nesse sentido, Mattos e Mattos (2004) apontam que a discussão realizada pelo Relatório Brundtland tinha por objetivo lançar um novo modelo de desenvolvimento, definido como: “desenvolvimento que satisfaça as necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades” (p. 7). No entanto, tal conceito tem sido contestado de muitas formas, mostrando-se ambíguo, dadas as dificuldades de ser efetivado em sua proposição de equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, existe a crítica de que, politicamente, não se poderia levar em consideração a opinião das futuras gerações, uma vez que estas não

existem para negociar qual mundo desejam receber.

Outra crítica dirigida à noção de desenvolvimento sustentável é o fato de este ter se mostrado mais um termo que legitima a exploração dos recursos naturais de forma velada, uma vez que a dimensão econômica, por vezes, se sobrepõe às demais. De acordo com Hopwood et al. (2005) nos últimos cem anos o meio ambiente tem sido amplamente visto como algo externo à humanidade, sobretudo para ser usado e explorado. Além disso, o termo desenvolvimento historicamente acarreta a noção de crescimento e para tal é preciso o uso intensivo dos recursos naturais.

Banerjee (2003) elabora uma análise crítica quanto à incompatibilidade entre crescimento e preservação presente no termo “desenvolvimento sustentável”. Sob seu ponto de vista, o ambientalismo global, defendido como uma solução para os problemas ambientais que o planeta enfrenta, continua firmemente enraizado na tradição do pensamento econômico do Ocidente e marginaliza as tradições ambientais de culturas não ocidentais. Para o autor, continua vigorando a ideia de que os países mais pobres do mundo têm de ser “austeros” no seu desenvolvimento, enquanto as nações mais ricas continuam a desfrutar de padrões de consumo que estão dependentes das “austeridades” praticadas nas nações mais pobres.

Além disso, para Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) a lógica da acumulação monopolista e a reprodução infinita do capital, que sustentam a organização socioeconômica vigente, provocam ciclos de crises que são internos ao próprio sistema. Isso evidencia os limites concretos dos recursos naturais disponíveis para produção

de mercadorias. Os pressupostos do desenvolvimento sustentável não preveem limites para o desenvolvimento econômico. Assim, a lógica dominante do desenvolvimento sustentável encontra, na concepção dos autores, sua própria impossibilidade.

Apesar dos impasses, contradições e conflitos que permeiam a criação e divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável, este foi e tem sido propagado como uma base política internacional devido à sua abrangência e difusão. Sua execução prática compõe o cenário político, sobretudo no que se refere à regulamentação sob a forma de lei.

No Brasil, segundo Roesler (2007), assim como as leis de meio ambiente, a Constituição Federal (CF) de 1988 consagra que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida com base na definição de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland. Para assegurar a efetividade desse direito ambiental, a Constituição Federal incumbe o poder público de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, tendo este órgão público muitas funções atribuídas para assegurar a realização desse direito ambiental.

A Constituição Federal de 1988 insere, pela primeira vez no Brasil, o termo “meio ambiente” com o destaque que poucos países deram à temática. Além de ser dotada de um capítulo próprio para as questões ambientais (capítulo VI da CF), ao longo de diversos outros artigos trata das obrigações da sociedade e do Estado brasileiro para com o meio ambiente. Dessa forma, é possível perceber que o Relatório Brundtland foi de

suma relevância para pautar a preocupação ambiental sob a forma de um conceito, ainda que passível de muitas críticas. No Brasil, essa incorporação das questões ambientais pela esfera jurídica pode ser considerada, como dito anteriormente, com uma ênfase maior ao que foi dada em muitos outros países, visto que o Relatório foi publicado em 1987 e a Constituição de 1988 já incorporou em sua redação diversas leis e princípios relacionados à proteção ambiental (ROESLER, 2007).

Cabe ainda dizer que o relatório “Nosso Futuro Comum” constituiu-se em um documento de alerta para os problemas ambientais globais, mas também contribuiu para a abertura de espaço para a realização de uma conferência que não apenas gerasse uma carta de intenções, mas que pudesse discutir e aprovar uma agenda comum a todos os países participantes, tal qual já analisado.

CONCLUSÃO

Qual a relevância de recorrer à história quando se faz uma análise da problemática social que envolve a relação entre o homem e a natureza? Em certo sentido, ela evidencia a dispersão dos acontecimentos, seus múltiplos agentes e efeitos sociais (FOUCAULT, 1996). Assim, com base neste breve percurso histórico, nota-se que os eventos internacionais cooperaram para promover a disseminação da preocupação ambiental, que hoje, inegavelmente, é global. Por meio das conferências e seus desdobramentos, surgiram novos conceitos, termos, debates, ideias, possibilidades e, sobretudo, novos acordos realizados pelas nações em busca de criar estratégias para minimizar os danos

ambientais em determinados territórios por meio de políticas públicas.

No entanto, questionam-se ao final deste artigo, os efeitos práticos trazidos pela realização de tantas conferências. Afinal, é possível dizer que houve uma ampliação das discussões em torno da sustentabilidade? Qual o papel político das conferências? Em que medida elas legitimam os impasses em escala internacional que reforçam a permanência dos agentes apenas no plano discursivo? Tais questões evidenciam a relevância de se fazer um diálogo entre a História e o campo da Administração, contextualizando melhor a temática do meio ambiente.

Neste percurso, foi possível perceber diversos impasses, dentre os quais destacamos, para essas considerações finais, três deles. Primeiro, pode-se notar que não há consenso quando se trata de priorizar ações em relação ao cuidado com o meio ambiente, assim como não há um referencial teórico articulado que dê consistência às noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Tais dificuldades residem na existência díspar de interesses econômicos, políticos, culturais, acadêmicos e sociais em relação ao trato despendido aos recursos naturais do planeta. Observa-se, ainda, a assimetria de compromisso entre as nações que participam das conferências, dos acordos e dos principais conselhos que decidem as ações políticas em âmbito internacional, fato que tem dificultado o alcance das metas e sua efetivação política.

Com base nesses apontamentos históricos e críticos, foi possível perceber, em segundo lugar, o leque de problemas que se

fazem presentes na questão da sustentabilidade e que está sendo discutido em escala mundial. As dificuldades que o Estado e suas organizações públicas encontram para gerir tais problemas, assim como as empresas e as ONGs, são evidentes e, diante delas, uma espécie de desconforto tem se manifestado na população, acionando parte dela a agir coletivamente ou de forma mais localizada para enfrentar os problemas ambientais. É nesse sentido que a Administração, como área que também se ocupa das questões voltadas à sustentabilidade, necessita conhecer o percurso histórico em que essa noção tem se desenvolvido bem como os agentes que participam dos debates e impasses que rondam esse campo.

Por fim, cabe destacar que esta história díspar e complexa, longe de ser um obstáculo, coloca em evidência a dimensão política que perpassa a questão ambiental. Isso colabora para dar visibilidade à diversidade de segmentos que dela participam, mas também à ação de atores sociais que se encontram comumente marginalizados por não serem reconhecidos como membros oficiais das grandes organizações reguladoras do campo da sustentabilidade, como o Estado, as ONGs e as empresas. Tais atores, que englobam pequenas organizações de bairros, grupos informais de defesa do meio ambiente e até mesmo o cidadão comum que cria *blogs* sobre a temática, podem ser considerados agentes de outra história, paralela e não oficial, mas que participa amplamente do debate sobre as questões do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade**: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of nature. **Organization Studies**, 24(1): 143-180, 2003.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. **Sobre a Rio+20**. Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br>>. Acesso em: 30/08/2012.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**. Vol.11, n.29, pp. 399-408, 1997. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100019>. Acesso em 27/09/2014.

DELÉAGE, J. P. As Etapas da Consciencialização. In: BEAUD, M.; BOUGUERRA, M. L. **Estado do ambiente no mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

DINIZ, E. M. Os resultados da Rio +10. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. N. 15, p. 31-35, 2002.

FARIA, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**. Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun. 2014.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos X: Filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2014.

FURTADO, F. P. **Ambientalismo de espetáculo: a economia verde e o mercado de carbono no Rio de Janeiro**. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS. Rio de Janeiro, 2012.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F.; MAGALHÃES, D. de P., et al. Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6): 1457-1468, 2012.

GODOY, A. O modelo da natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 14(4), 2000.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping diferente approaches. **Sustainable Development**. Vol. 13, pp 38-52, 2005.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigma, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LITTLE, P. E. (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

MATTOS, K. M. C.; MATTOS, A. **Valoração econômica do meio ambiente: uma abordagem teórica e prática**. São Carlos: Rima, FAPESP, 2004.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 10, núm. 3, setembro, 2012, pp. 546-568.

MOTA, J. A. **O valor da natureza: Economia e Política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001a.

MOTA, C. R. As principais teorias e práticas de Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M.(Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001b.

NOVAES, W. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**. Vol. 6, n. 15, pp. 79-93, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000200005&script=sci_arttext>. Acesso em 30/08/2014.

ODMCRÍTICAS. **Relatório critica falta de sinergia e fragmentação nos Objetivos do Milênio**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,relatorio-critica-falta-desinergia-e-fragmentacao-nos-objetivos-do-milenio,609156,0.htm>>. Acesso em: 03/02/2014.

PEREIRA Jr., J. S. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, realizada em Johannesburgo**, África do Sul. Disponível em:

<<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/208366.pdf>> Acesso em: 11/09/12.

ROESLER, M. R. B. **Gestão ambiental e sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Revista Megadiversidade**, vol. 1, nº 1, 2005.

SCHENINI, P. C.; BAGNATI, A. M. Z.; CARDOSO, A. C. F. Gestão de Resíduos da

Construção Civil. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. COBRAC. Florianópolis. 13p. **Anais...** 2004. Disponível em <http://geodesia.ufsc.br/Geodesiaonline/arquivo/cobrac_2004/092.pdf>. Acesso em: 20/06/2012.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R.E. Por uma crítica ao conceito de sustentabilidade nos estudos organizacionais. In: VII Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO), 2012. Curitiba. **Anais do VII Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO)**, 2012.

WATTS, W. Prefácio. In: MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RAHGERS, et al. **Limites do Crescimento: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Perspectiva S. A., (1972).

NOTAS

(1) Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. Pós Graduação em Economia do Meio Ambiente: Valoração, Licenciamento, Auditoria e Educação Ambiental pela Universidade Estadual de Londrina. Graduação em Administração pelo Centro Universitário

Eurípedes de Marília/SP. Coordenadora e professora do curso de Administração da Faculdade de Ciências Educacionais e Sistemas Integrados - FACESI, Ibiporã/PR.

(2) Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina-UEL/PR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina-UEL/PR.

Enviado: 24/10/2014

Aceito: 06/08/2015

Publicado: 08/09/2015